



AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

A PREVIDÊNCIA E O SISTEMA DA DÍVIDA

ALMG - SEMINÁRIO SOBRE AS REFORMAS ADMINISTRATIVAS E A PREVIDÊNCIA
Belo Horizonte, 25 de fevereiro de 2019

A DÍVIDA ECOLÓGICA TEM QUE SER COBRADA

Tragédia em Minas

"Dano humano será maior"

Presidente da Vale, Fábio Schvartsman, diz que a perda de vidas em Brumadinho será superior à ocorrida em Mariana. Executivo afirma que rompimento causou surpresa porque auditoria feita por empresa alemã não detectou nenhum problema no local

O local do rompimento

Críticas de ambientalistas

O presidente da Vale, Fábio Schvartsman, afirmou, em entrevista coletiva, que a auditoria da empresa alemã não detectou nenhum problema no local

Lama, tensão e medo de um novo desastre

Indústria

Desastre ambiental Troca de e-mails entre especialistas mostra que problemas em Brumadinho seriam conhecidos
Vale teria sido alertada sobre barragem

Tragédia em Minas

E-mails indicam: Vale sabia de falha em sensores

Troca de mensagens eletrônicas mostra que a mineradora foi alertada, dois dias antes do desastre, sobre problemas em equipamentos de medição de Brumadinho. Engenheiro relata, em depoimento, pressão para atestar estabilidade

• JOÃO HENRIQUE DO VALE
• GABRIEL KONAN
• JÚLIA OLIVEIRA
• MARCELLO DA FONSECA

A Polícia Federal analisa e-mails trocados entre a mineradora Vale e duas empresas ligadas à segurança de Barragem 1 da Mina



Empresa tem pedido negado

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) negou um pedido da mineradora Vale para retomar as operações na mina e na usi-

Tragédia em Minas

Desastre ambiental Casos de Mariana e Brumadinho vão exigir nova postura dos empresários

Mineração terá de se reinventar no Brasil, afirmam especialistas

Desastre ambiental Casos de Mariana e Brumadinho vão exigir nova postura dos empresários

Desastre ambiental Casos de Mariana e Brumadinho vão exigir nova postura dos empresários

Desastre ambiental Casos de Mariana e Brumadinho vão exigir nova postura dos empresários

Desastre ambiental Casos de Mariana e Brumadinho vão exigir nova postura dos empresários

Desastre ambiental Casos de Mariana e Brumadinho vão exigir nova postura dos empresários

Desastre ambiental Casos de Mariana e Brumadinho vão exigir nova postura dos empresários

Desastre ambiental Casos de Mariana e Brumadinho vão exigir nova postura dos empresários

Desastre ambiental Casos de Mariana e Brumadinho vão exigir nova postura dos empresários

Desastre ambiental Casos de Mariana e Brumadinho vão exigir nova postura dos empresários

Desastre ambiental Casos de Mariana e Brumadinho vão exigir nova postura dos empresários

Desastre ambiental Casos de Mariana e Brumadinho vão exigir nova postura dos empresários

Desastre ambiental Casos de Mariana e Brumadinho vão exigir nova postura dos empresários

Desastre ambiental Casos de Mariana e Brumadinho vão exigir nova postura dos empresários

Desastre ambiental Casos de Mariana e Brumadinho vão exigir nova postura dos empresários

Desastre ambiental Casos de Mariana e Brumadinho vão exigir nova postura dos empresários

Desastre ambiental Casos de Mariana e Brumadinho vão exigir nova postura dos empresários

Desastre ambiental Casos de Mariana e Brumadinho vão exigir nova postura dos empresários

Desastre ambiental Casos de Mariana e Brumadinho vão exigir nova postura dos empresários

Desastre ambiental Casos de Mariana e Brumadinho vão exigir nova postura dos empresários

Desastre ambiental Casos de Mariana e Brumadinho vão exigir nova postura dos empresários

Desastre ambiental Casos de Mariana e Brumadinho vão exigir nova postura dos empresários

Desastre ambiental Casos de Mariana e Brumadinho vão exigir nova postura dos empresários

Desastre ambiental Casos de Mariana e Brumadinho vão exigir nova postura dos empresários

Desastre ambiental Casos de Mariana e Brumadinho vão exigir nova postura dos empresários

Desastre ambiental Casos de Mariana e Brumadinho vão exigir nova postura dos empresários

Desastre ambiental Casos de Mariana e Brumadinho vão exigir nova postura dos empresários

Desastre ambiental Casos de Mariana e Brumadinho vão exigir nova postura dos empresários



Especialistas avaliam que companhias brasileiras reconhecem impacto da sustentabilidade nos negócios e que uma forma de ampliar engajamento ao tema é maior rigor na legislação

Faltam fiscalização e punição para as empresas no Brasil

Tragédia em Minas

Água representa risco à saúde

Análise feita por órgãos federal e estadual detecta presença de metais pesados no Rio Paraopeba acima do limite permitido. Abastecimento da população será feito por meio de fontes alternativas ou caminhões-pipa nas áreas mais afetadas

REJEITOS AVANÇAM

REJEITOS AVANÇAM

REJEITOS AVANÇAM

REJEITOS AVANÇAM

REJEITOS AVANÇAM

REJEITOS AVANÇAM

REJEITOS AVANÇAM

REJEITOS AVANÇAM



Rejeitos avançam

O movimento de rejeitos da Mina e Barragem 1 de Brumadinho, no estado de Minas Gerais, continua a avançar, com o material se deslocando para o rio Paraopeba. A situação é preocupante, pois o rio é uma das principais fontes de água para a população local. O governo estadual está monitorando a situação e tomando medidas para evitar um novo desastre.

O diretor de Defesa Civil do Estado de Minas Gerais, Alexandre Brandão, afirmou que a situação é crítica e que a população deve se preparar para possíveis evacuações. Ele também pediu para que as empresas responsáveis pelo desastre sejam responsabilizadas e punidas.

CONJUNTURA DE CRISE FABRICADA PELA POLÍTICA MONETÁRIA DO BANCO CENTRAL

- ✓ **Taxas de Juros mais elevadas do mundo**
- ✓ **Restrição da base monetária**
 - OPERAÇÕES COMPROMISSADAS (R\$1,2 trilhão), ilegal
BC enviou PL 9.248/2017 para "legalizar"
- ✓ ***Swap* Cambial** (ilegal, conforme TC-012.015/2003-0)
- ✓ **Prejuízos do Banco Central**
- ✓ **Colchão de liquidez exagerado (R\$1,2 trilhão na Conta Única do Tesouro): emissão excessiva de títulos e explosão da Dívida Pública**

✓ CRISE JUSTIFICA MEDIDAS RESTRITIVAS

- ✓ **EC 95 (PEC do Teto), EC 93, Lei Compl 159/2017,**
- ✓ **Contrarreformas, Privatizações**
- ✓ **Esquema Fraudulento: "Securitização de Créditos"**
- ✓ **Autonomia do Banco Central**

CENÁRIO DE ESCASSEZ: R\$ 1,2 Trilhão da Dívida Interna utilizados para remunerar a sobra de caixa dos bancos. **Custo**

Quase MEIO TRILHÃO de Reais para Bancos!

Esse foi o custo da **remuneração da sobra de caixa dos bancos nos últimos 4 anos (2014 a 2017)**, conforme balanços publicados pelo Banco Central.

Essa benesse de quase meio trilhão de reais tem sido feita de forma ilegal e abusiva por meio de “Operações Compromissadas” realizadas pelo Banco Central com os bancos e funciona da seguinte forma: os bancos entregam sua sobra de caixa ao Banco Central e este entrega títulos da dívida pública aos bancos. Na medida em que os bancos detêm os títulos, eles passam a ter o direito de receber remuneração por isso. O Banco Central não pode utilizar esse dinheiro para nada, porque assume o compromisso de devolvê-lo aos bancos no momento em que eles pedirem de volta. Essa operação pode durar 1 dia ou anos, o seu volume ultrapassa R\$ 1,14 TRILHÃO, e custou nada menos que R\$449 bilhões no período de 2014 a 2017, ou seja quase meio trilhão de reais!

<https://goo.gl/gU6X7E> e <https://goo.gl/VWZgVa>

REMUNERAÇÃO DA SOBRA DE CAIXA DOS BANCOS

PL 9248/2017: Criação de “Depósitos Voluntários REMUNERADOS” pelo Banco Central – Ver NOVO: <https://bit.ly/2F6Q8lJ>

- A remuneração da sobra de caixa dos bancos já vem ocorrendo por meio das “Operações Compromissadas” realizadas pelo Banco Central, cuja justificativa é o “controle inflacionário”
- O Banco Central troca a “sobra de caixa dos bancos” por Títulos da Dívida Interna. À medida em que os bancos detêm os títulos, recebem remuneração diária, pelo tempo que desejarem.
- Essas operações atingiram patamar de quase 20% do PIB (R\$1,23 TRILHÃO) em 2017, quando a inflação chegou perto de zero <https://goo.gl/dvHYmr>
- Dificuldade do BC em justificar esse montante elevadíssimo de “Operações Compromissadas” para controlar inflação, no momento em que vivemos uma recessão e queda da inflação, apesar dos abusivos aumentos de preços administrados (principalmente combustível e gás de cozinha)

Swap ilegal consumiu em 1 ano o triplo do que se espera arrecadar com todas as Privatizações

INFRAESTRUTURA / Pacote do governo prevê a licitação de 57 empreendimentos das áreas de energia e transportes até o fim do próximo ano, além da venda de empresas estatais à iniciativa privada. Modelagem dos leilões, no entanto, ainda não está definida

Privatização pode gerar investimento de R\$ 44 bi

de SIMONE KAFRUNI

O governo anunciou ontem um pacote de privatizações com previsão de investimentos de R\$ 44 bilhões ao longo dos anos de concessão de 57 empreendimentos a serem leiloados até o fim de 2018. O Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) confirmou a concessão de 14 aeroportos, inclusive o de Congonhas (SP), administrado pela Infraero, e a alienação da participação acionária da estatal nas concessionárias dos terminais de Brasília (DF), Confins (MG), Galeão (RJ) e Guarulhos (SP), dos quais detém 49%. Também aprovou a inclusão, no Programa Nacional de Desestatização (PND), da Casa da Moeda e da Eletrobras e marcou o leilão da usina hidrelétrica de Juruá (MG), objeto de

Feirão
Governo anuncia 57 concessões e R\$ 44 bilhões em investimentos

Sector aeroportuário
Empreendimentos

Empreendimento	Edital	Leilão
Aeroporto de Manaus/AM	1º trimestre de 2018	2º trimestre de 2018
Aeroporto de Brasília/DF	1º trimestre de 2018	2º trimestre de 2018
Aeroporto de Congonhas/SP	1º trimestre de 2018	2º trimestre de 2018
Aeroporto de Galeão/RJ	1º trimestre de 2018	2º trimestre de 2018
Aeroporto de Guarulhos/SP	1º trimestre de 2018	2º trimestre de 2018

Casa da Moeda será vendida
de MARILIA SABINO
ESPECIAL PARA O CORREIO

A Casa da Moeda do Brasil, responsável pela confecção de notas de reais e também de passaportes brasileiros, selos postais e diplomas, foi incluída no pacote de privatização anunciado ontem pelo Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI). A previsão é que o edital seja publicado no terceiro trimestre do ano que vem, e que o leilão aconteça nos três últimos meses de 2018.

A ideia de privatizar a empresa pública foi apoiada pelo ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Moreira Franco, com o argumento de que há prejuízos crescentes na estatal, at

↑ Privatização de 57 empreendimentos, inclusive Eletrobras

ECONOMIA

30/09/2015 13h00 - Atualizado em 30/09/2015 15h20

BC tem prejuízo de quase R\$ 120 bilhões no ano com swaps cambiais

Na parcial deste mês, até a última sexta, perda do BC somou R\$ 44 bilhões. No ano, até dia 25 de setembro, prejuízo já soma quase R\$ 120 bilhões.

Alexandro Martello
Do G1, em Brasília

saiba mais

Dólares deixam país semana passada e fluxo de setembro volta ao vermelho

Com a disparada do dólar, o Banco Central registrou prejuízo de R\$ 44,9 bilhões na parcial de setembro, até a última sexta-feira (25), com os chamados contratos de swaps cambiais - instrumentos que equivalem a venda de moeda estrangeira no mercado futuro e que atenuam as pressões sobre o dólar no mercado à vista.

De forma geral, o BC lucra com estas operações quando o dólar cai e perde quando a cotação da moeda norte-americana sobe.

No acumulado deste ano, também até a última sexta-feira, as perdas da autoridade monetária superaram a barreira dos R\$ 100 bilhões e somaram R\$ 119,17 bilhões. Os números foram divulgados pela própria instituição nesta quarta-feira (30).

↑ Ver Representação 2ª Sec. Cont.
TCU TC-012.015/2003-
0<https://goo.gl/jZTQcB>

Prejuízos bilionários do Banco Central têm sido transformados em “Dívida Pública”

Outro fator relevante que tem influenciado significativamente o crescimento do estoque da dívida interna são os recorrentes e volumosos **prejuízos operacionais do Banco Central**.

Além dos prejuízos com as questionáveis operações de swap cambial, antes mencionadas, a acumulação de quase 400 bilhões de dólares em reservas internacionais, às custas de emissão de títulos da dívida interna para enxugar dólares que ingressavam ao país, justamente quando essa moeda se desvalorizava, tem provocado prejuízos estratosféricos, que foram transferidos para o Tesouro e geraram ainda mais dívida pública:

- 2009: prejuízo de R\$ 150 bilhões;
- 2010: prejuízo de R\$ 48,5 bilhões;
- 2016: prejuízo recorde de R\$284 bilhões.

Todos esses prejuízos são transferidos para o Tesouro Nacional e arcados por toda a sociedade, apesar de não termos a menor ideia de quem são os beneficiários

Trecho do Relatório ACD 1/2017 entregue ao TCU

RECEITAS FEDERAIS R\$ 2,748 TRILHÕES
Realizadas em 2015 - Fonte: CGU - Transparência Brasil



Fonte: CGU Acesso em 26/03/2016 <http://goo.gl/adBGo3>

DESPESAS FEDERAIS R\$ 2,268 TRILHÕES
Pagas em 2015 - Fonte: SIAFI - Sistema SigaBrasil Senado Federal



Fonte: SIAFI Acesso em 26/03/2016 <http://goo.gl/YDH58n>

EMIÇÃO EXCESSIVA DE TÍTULOS

R\$ 480 bilhões em 2015

**SOBRA DE RECURSOS
CAIXA ÚNICO DO TESOURO
SUPERA R\$1,2 TRILHÃO**

BC e STN:
"Colchão de Liquidez"
**Para pagar juros aos
detentores de títulos**

- ✓ Qual é o custo desse exagero?
- ✓ Qual é o seu impacto na fabricação da crise atual?

EXPLOÇÃO DA DÍVIDA INTERNA

INCONSTITUCIONALIDADE

JUROS
MASCARADOS DE
AMORTIZAÇÃO/ROLA
GEM

FERE O ART. 167, III,
DA CONSTITUIÇÃO

Relatório ACD 1/2013

<https://goo.gl/OqsQ5R>

CONTABILIZAÇÃO DE JUROS COMO SE FOSSE AMORTIZAÇÃO

Gráfico 01

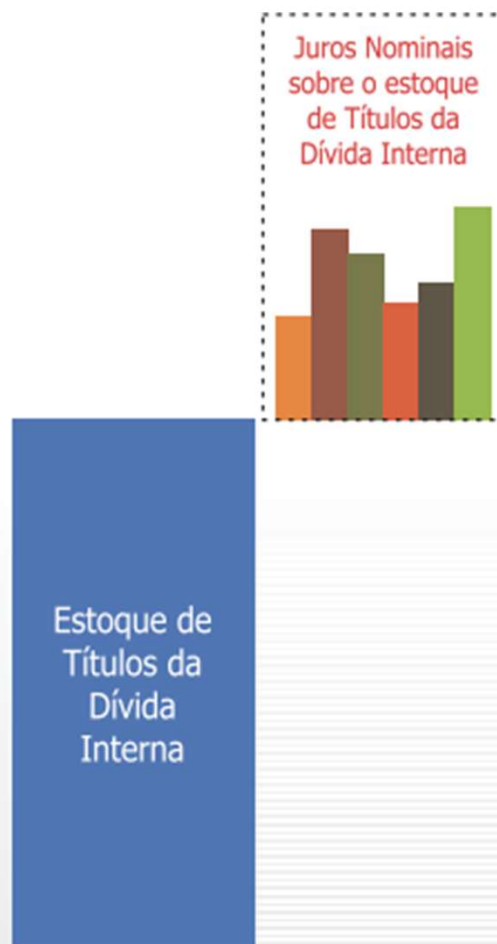
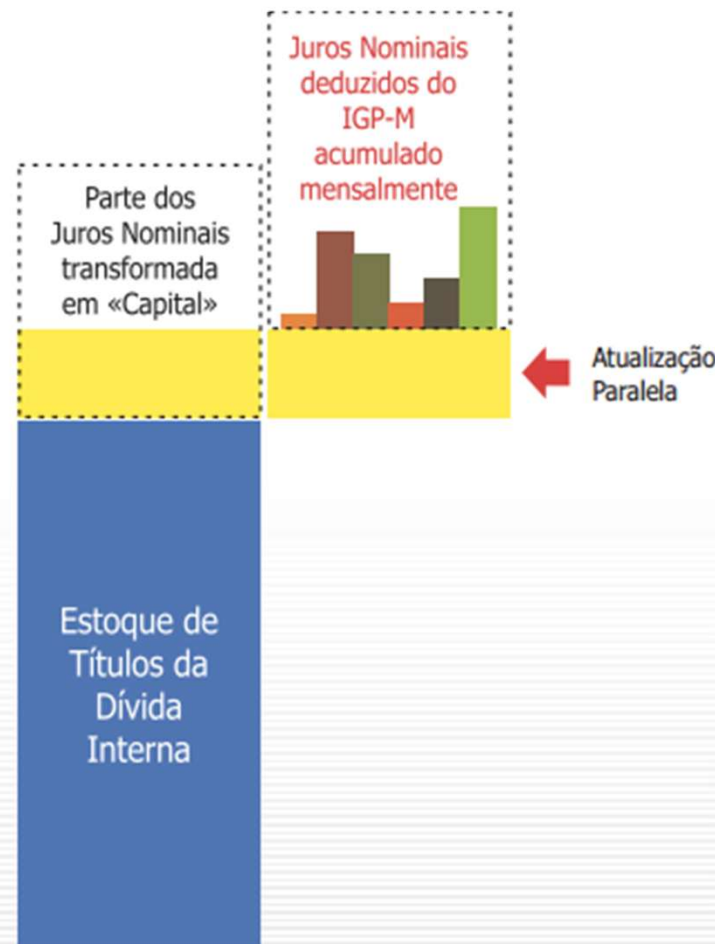


Gráfico 02



OUTROS FATORES QUE PRODUZEM O CENÁRIO DE ESCASSEZ: Modelo Tributário Regressivo

- Benesses tributárias injustificáveis, especialmente
 - Isenção para lucros distribuídos aos sócios
 - Dedução de juros sobre capital próprio
 - Desonerações para exportações e outros setores privilegiados
 - Lei Kandir
 - Falta de investimento na administração tributária para que esta possa efetuar a cobrança de devedores
 - Legislação que extingue a punibilidade mediante o pagamento, o que acaba incentivando a sonegação

OUTROS FATORES QUE PRODUZEM O CENÁRIO DE ESCASSEZ: "SISTEMA DA DÍVIDA"

- Utilização do endividamento como mecanismo de subtração de recursos e não para o financiamento dos Estados
- Se reproduz internacionalmente e internamente, em âmbito dos estados e municípios: CRISE EM DIVERSOS ENTES FEDERADOS BRASILEIROS
- Dívidas sem contrapartida
- Maior beneficiário: Setor financeiro



CENÁRIO DE ESCASSEZ: SUBTRAÇÃO DE RECURSOS PARA PAGAR JUROS E MECANISMOS DO "SISTEMA DA DÍVIDA"

DIVIDÔMETRO

QUANTO PAGAMOS (JUROS E AMORTIZAÇÕES) - DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL

EM 2017

R\$ 986.110.833.381,00 = 2,7 BI / DIA

986 BILHÕES, 110 MILHÕES, 833 MIL REAIS

EM 2018 - ATÉ 31/12

R\$ 1.065.725.301.673 = 2,9 BI / DIA

1 TRILHÃO, 65 BILHÕES, 725 MILHÕES, 301 MIL REAIS

QUANTO "DEVEMOS"

Entenda esses números

DÍVIDA INTERNA FEDERAL - DEZ/2018

R\$ 5.523.121.023.828,08

5 TRILHÕES, 523 BILHÕES, 121 MILHÕES, 23 MIL REAIS

DÍVIDA EXTERNA TOTAL - DEZ/2018

US\$ 556.326.219.643,40

556 BILHÕES, 326 MILHÕES, 219 MIL DÓLARES

www.auditoriacidada.org.br

EC 95: Escancara o favorecimento ao setor financeiro e o dano ao Estado

Os gastos financeiros com a Dívida Pública e com as novas estatais criadas para operar o esquema financeiro da “Securitização de Créditos Públicos” ficaram fora do teto da EC 95

“ § 6º Não se incluem na base de cálculo e nos limites estabelecidos neste artigo:

(...)

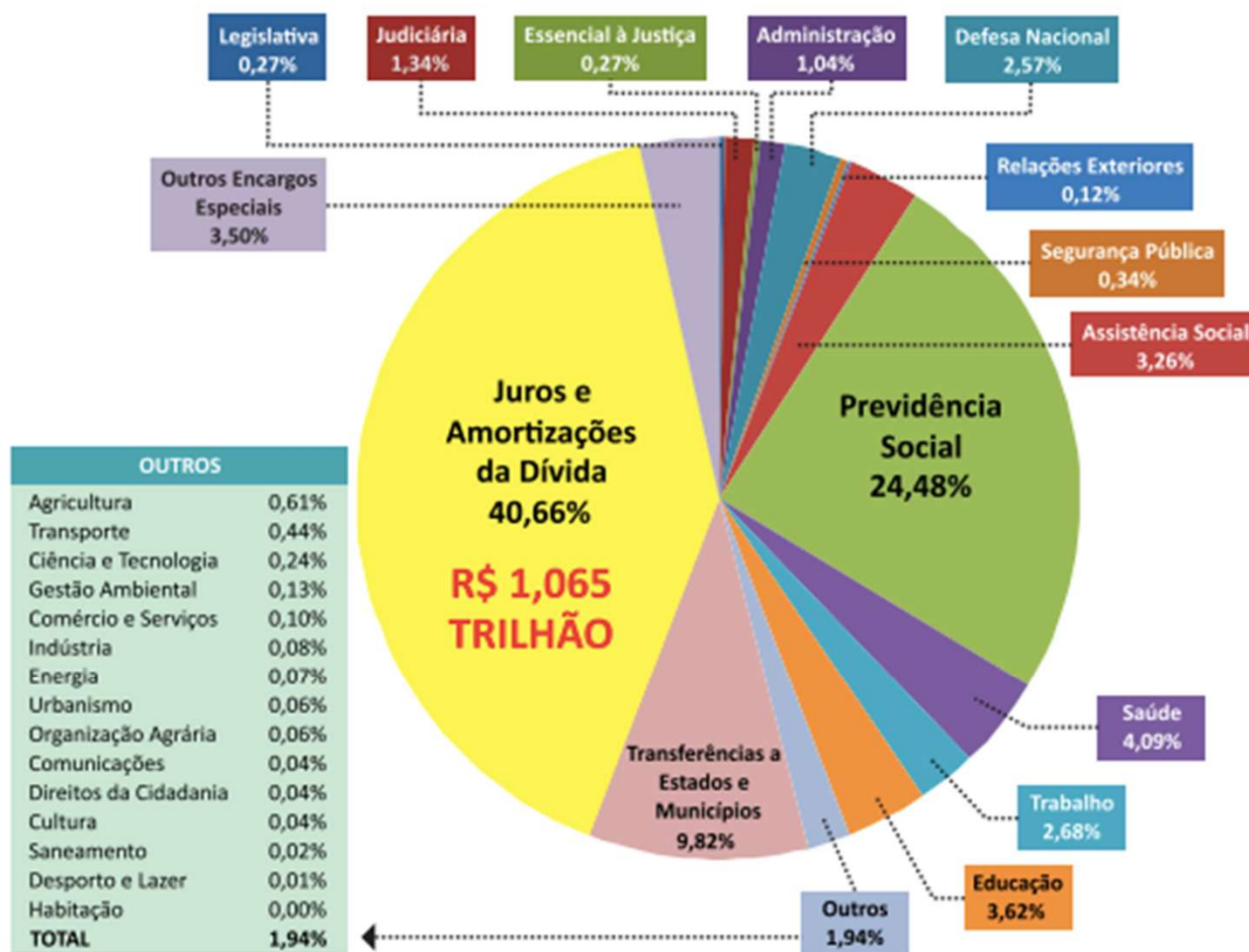
IV - despesas com aumento de capital de empresas estatais não dependentes.”

A Dívida Pública tem crescido em decorrência dos mecanismos financeiros que “geram” dívida, e não devido aos investimentos e gastos sociais

De 1995 a 2014 produzimos R\$ 1 trilhão de Superávit Primário e, apesar disso, a dívida interna aumentou de R\$89 bilhões para quase R\$4 trilhões no mesmo período

Orçamento Federal Executado (Pago) em 2018 = R\$ 2,621 TRILHÕES

O valor previsto para 2018 havia sido R\$ 3,527 Trilhões, diferença a ser investigada



Fonte: SIAFI - <http://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/leis-orcamentarias/loa> - Banco de Dados Access p/ download (Orçamento da União - Fiscal e Seguridade - até 31/12/2018)

Nota 1 - Somamos "Juros" e "Amortizações" porque o Tesouro contabiliza grande parte dos juros como se fosse amortização. Veja as explicações: <https://auditoriacidada.org.br/explicacao/>

ORÇAMENTO FEDERAL 2019: R\$ 3,262 trilhões

Dívida Pública: R\$ 1,425 trilhão quase 44%

Servidores Públicos (ativos e aposentados): R\$ 350,4 bilhões

Previdência Social (INSS): R\$ 625 bilhões

Investimentos: R\$ 36 bilhões.

O rombo das contas públicas está claramente localizado nos **sigilosos gastos financeiros com a chamada dívida pública** - que nunca foi auditada, como manda a Constituição – e não nas despesas com Pessoal ou Previdência.

Ver artigo:

**“ORÇAMENTO 2019 REVELA QUE O ROMBO ESTÁ NO GASTO
COM A DÍVIDA PÚBLICA”**

<https://bit.ly/2N8ubn0>

**GRANDE CAPITAL JÁ NÃO QUER “APENAS”
OS JUROS DA DÍVIDA, MAS SE APODERA
DIRETAMENTE DA ARRECADAÇÃO**

**Novo ESQUEMA FRAUDULENTO da chamada
“Securitização de Créditos” escancara o
desvio de recursos para bancos
privilegiados**

PLP 459/2017 (PLS 204/2016 no Senado)

PLP 459/2017 – Projeto Cifrado

“Art. 39-A. A União, o Estado, o Distrito Federal ou o Município poderá ceder onerosamente, nos termos desta Lei e de lei específica que o autorize, direitos originados de créditos tributários e não tributários, inclusive quando inscritos em dívida ativa, a pessoas jurídicas de direito privado ou a fundos de investimento regulamentados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

- ✓ Qual é o ônus? **Garantia Real exorbitante concedida pelo Ente Federado e custos elevadíssimos assumidos pelo Estado: taxas, advogados, seguros**
- ✓ Quais direitos são cedidos? **Fluxo da arrecadação**
- ✓ Quem são as pessoas jurídicas de direito privado? **Novas empresas estatais criadas para operar o esquema da “Securitização de Créditos”, a exemplo da PBH Ativos S/A, CPSEC S/A, entre outras**

Securitização de Créditos: ESQUEMA FRAUDULENTO

DESVIO DE RECURSOS ARRECADADOS



Securitização de Créditos: ESQUEMA FRAUDULENTO

CONTRATAÇÃO DISFARÇADA DE DÍVIDA PÚBLICA



Executivo Em mensagem ao Congresso, presidente cita Previdência, privatizações e mudança nos tributos

Bolsonaro promete fazer sete reformas

Ribamar Oliveira
De Brasília

Em mensagem que encaminhou ontem ao Congresso Nacional, o presidente Jair Bolsonaro comprometeu-se com sete reformas econômicas, que considera essenciais para garantir um crescimento econômico elevado e sustentável: a criação de uma "Nova Previdência", a mudança do sistema tributário, um ambicioso programa de privatização de serviços de infraestrutura, a liberalização comercial, a redução e racionalização dos subsídios concedidos pela União, a autonomia do Banco Central e a reforma administrativa.

Ao mesmo tempo, a mensagem

informa que o presidente vai manter o teto de gastos e diz que a aplicação do limite para as despesas da União "é crucial para garantir sustentabilidade fiscal de longo prazo e permitir que o país supere o atual desequilíbrio fiscal, decorrente do crescimento acelerado da despesa primária das últimas décadas".

O teto de gastos, no entanto, "não será suficiente para a realização do ajuste fiscal necessário", de acordo com a mensagem. A manutenção do teto "requer reformas que permitam o controle da despesa obrigatória". A primeira e principal medida de ajuste necessária ao cumprimento do teto, segundo o documento, é a reforma da Previdência. "Sem ela, não será possível conter a expansão da despesa".

A "Nova Previdência", anunciada pelo presidente, pretende conjugar o equilíbrio atuarial, com o amparo a quem mais precisa, separando "previdência" de "assistência". Bolsonaro confirmou que pretende mudar as regras dos atuais regimes de aposentadoria e criar um sistema de capitalização, que o presidente chamou de "Poupança Individual da Aposentadoria".

A mensagem informa que se o atual sistema, que estimula a aposentadoria antecipada e altas taxas de reposição, permanecer inalterado, os gastos previdenciários aumentariam cerca de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) entre 2018 e 2060. "A aprovação da nova Previdência Social possibilitará que o país siga trajetória estável de cres-

cimento, com finanças públicas sustentáveis", diz o documento.

O atual sistema tributário apresenta, segundo a mensagem, dois problemas principais "que impedem que uma economia emergente funcione bem". O primeiro, é a elevada carga tributária, que chega a 33% do PIB, enquanto que a média dos países da América Latina é de apenas 20%. O recado da mensagem, portanto, é claro: a reforma pretende reduzir a atual carga. O segundo problema, é que o sistema tributário brasileiro é muito complexo, o que gera custos significativos, em termos de tempo e recursos. A reforma vai simplificar o sistema, mitigando a ocorrência de passivos fiscais.

O ambicioso programa de privatização de estatais e prestação de

serviços de infraestrutura parte do pressuposto de que "não há recursos públicos suficientes para financiar todo o investimento necessário". Além disso, "experiências recentes mostram que projetos de infraestrutura sob controle público estão sujeitos a muitas fragilidades que podem levar a ineficiências e ao desperdício de recursos". Por isso, o governo propõe privatizar e acirrar as concessões em todas as áreas da infraestrutura.

O governo vai fazer uma "liberalização comercial" porque entende que "existem várias instituições e instrumentos que impõem custos significativos e limites quantitativos à entrada no país de bens e serviços estrangeiros". A mensagem diz que o governo "está comprometido com medidas

que removerão todas as restrições desnecessárias ao comércio", sem especificar quais são elas.

A mensagem diz também que "a autonomia operacional do Banco Central fixada em lei reduz riscos no sistema financeiro, bem como cria condições melhores para o controle da inflação e a manutenção de taxa estrutural de juros mais baixa".

Em relação à reforma administrativa, a mensagem diz que é fundamental que sejam repensados: os modelos de aquisições de bens e contratação de serviços; as estratégias de transformação digital de serviços públicos prestados presencialmente; a própria dinâmica das relações de trabalho no âmbito da administração federal e a forma como as carreiras estão organizadas.

- ✓ Nova Previdência
- ✓ Mudança no Sistema Tributário
- ✓ Ambicioso programa de Privatizações
- ✓ Liberação Comercial
- ✓ Redução e racionalização dos subsídios concedidos pela União
- ✓ Autonomia do Banco Central
- ✓ Reforma Administrativa

Contrarreforma da Previdência

The logo for Monitor Mercantil, featuring the word "Monitor" in a large, white, serif font and "Mercantil" in a smaller, teal, sans-serif font, both set against a dark blue rectangular background.

Monitor
Mercantil

09 DE JANEIRO, 2019

Artigo: “O déficit da previdência é fake”, de M. L. Fattorelli, para o Monitor Digital



13 DE FEVEREIRO, 2019

“Contrarreforma da Previdência empurra trabalhador para fundos de risco”, M.L Fattorelli para o Monitor Mercantil

<https://bit.ly/2IrZHh9> e <https://bit.ly/2GK1cVa>

PEC 6/2019 – REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Incerteza para futuros trabalhadores (setor público e INSS)

- **CAPITALIZAÇÃO:** *"Art. 201-A. Lei complementar de iniciativa do Poder Executivo federal instituirá novo regime de previdência social, organizado com base em sistema de capitalização, na modalidade de contribuição definida, de caráter obrigatório para quem aderir, com a previsão de conta vinculada para cada trabalhador e de constituição de reserva individual para o pagamento do benefício, admitida capitalização nocional, vedada qualquer forma de uso compulsório dos recursos por parte de ente federativo."*
- Apesar de muitos alegarem que isso seria opcional, a PEC prevê o seguinte texto, no ADCT – Art 115 - § 1º: *"A lei complementar de que trata o art. 201-A da Constituição definirá os segurados obrigatórios do novo regime de previdência social de que trata o caput".*

NÃO HÁ GARANTIA DE PAGAMENTO DE BENEFÍCIO, QUE DEPENDERÁ DO MERCADO. PRIVILÉGIO PARA BANCOS. FIM DA SOLIDARIEDADE ENTRE GERAÇÕES. AMEAÇA AO PAGAMENTO DOS ATUAIS

PEC 6/2019 – REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Incerteza para futuros trabalhadores (setor público e INSS)

- **A PEC desconstitucionaliza as regras gerais para futuros servidores e segurados do INSS, e prevê que tais regras serão definidas em Lei Complementar, e não mais na Constituição.**
- **Incerteza total sobre como será o sistema no Futuro**
- **As contribuições previdenciárias dos futuros trabalhadores não irão mais para os aposentados (mas para os bancos), o que irá ameaçar o financiamento das aposentadorias. Isto pode ser utilizado como argumento para alegar mais “déficit” e justificar mais retirada de direitos.**
- **Nova idade de aposentadoria: 65 para homens e 62 para as mulheres, que serão aumentadas ainda mais caso haja crescimento na expectativa de “sobrevida” aos 65 anos.**
- **o tempo mínimo de contribuição passa de 15 para 20 anos (25 anos no caso de servidores públicos), dificultando muito a aposentadoria, em um país com mercado de trabalho altamente informal.**

PEC 6/2019 – REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Grave perda de direitos para os trabalhadores

(INSS e servidores públicos, atuais e futuros)

- **Serão necessários 40 anos de contribuição para não haver grande perda nos benefícios (2% a menos por ano).**
- **Quase impossível se obter este requisito em um país com grande informalidade no mercado de trabalho.**
- **A média (sobre a qual ainda incidirá tal perda) será calculada com base em 100% dos salários de contribuição, ou seja, não vai mais se jogar fora os 20% piores salários de contribuição.**

**PREVIDÊNCIA É SINÔNIMO DE SEGURANÇA, E
NÃO DE RISCO**

PEC 6/2019 – REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Transição – INSS (atuais trabalhadores)

- Exigência de 35/30 anos de contribuição, e mais a Regra 86/96, que sobe até chegar a 105/100 em 2033**
- Há também outra regra de transição, exigindo-se 35/30 anos de contribuição e idade de 61/56 que sobe até chegar a 65/62 em 2031.**
- Quem está a dois anos de cumprir o tempo de contribuição mínimo para aposentadoria (30 anos, se mulher, e 35, se homem) poderá optar pela aposentadoria sem idade mínima, aplicando-se o Fator Previdenciário, após cumprir pedágio de 50% sobre o tempo faltante. Exemplo: mulher com 29 anos de contribuição poderá se aposentar pelo Fator Previdenciário se contribuir mais um ano e meio.**
- No caso de aposentadoria por idade, há uma transição de 60 para 62 anos (em 2023) no caso das mulheres, e o tempo de contribuição sobe para homens e mulheres, de 15 para chegar até os 20 anos em 2029.**

PEC 6/2019 – REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Transição – RPPS (atuais servidores)

- Exigência de 20 anos de serviço público, 5 anos no cargo, 35/30 anos de contribuição, 61/56 anos de idade (passando para 62/57 em 2022) e mais o atendimento à Regra 86/96, que vai subindo até 105/100 em 2033.**
- integralidade só aos 65/62 anos (e 60 no caso professor), e só no caso de ter ingressado no serviço público até 2003**
- Há um aumento na contribuição previdenciária para servidores com salários maiores que cerca de R\$ 5.000, e redução para quem ganha menos que isso.**
- Em caso de “déficit atuarial”, poderá ser cobrada contribuição previdenciária extraordinária dos servidores públicos.**

PEC 6/2019 – REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Servidores dos estados e municípios

- **Todas as novas regras de benefício para o RPPS valem para Estados, Municípios e Distrito Federal.**
- **Caso registrem “déficit financeiro e atuarial”, deverão ampliar suas alíquotas para no mínimo 14%, em um prazo de 180 dias.**
- **Limitação de incorporações de gratificações aos benefícios de aposentadoria e pensões.**
- **Obrigatoriedade de Instituição da Previdência Complementar em 2 anos**

PEC 6/2019 – REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Professores:

- **será exigida idade mínima de 60 anos e tempo de contribuição de 30 anos, para professores de ambos os sexos**
- **grande perda para as professoras, que atualmente se aposentam com 25 anos de contribuição.**
- **As regras de transição não impedem grande perda para as professoras e professores.**

PEC 6/2019 – REFORMA DA PREVIDÊNCIA

ENORMES INJUSTIÇAS COM OS MAIS POBRES

Benefícios assistenciais:

- A PEC prevê uma escandalosa redução nos benefícios dos idosos, que serão menores que um salário mínimo, (apenas R\$ 400), chegando a um salário mínimo somente a partir dos 70 anos.**
- Por outro lado, reduz-se a idade inicial, de 65 para 60 anos.**
- Além do mais, para ter acesso ao benefício, não se poderá ter patrimônio superior a R\$ 98.000. Ou seja, basta ter uma pequena casa para perder o benefício.**

PEC 6/2019 – REFORMA DA PREVIDÊNCIA

ENORMES INJUSTIÇAS COM OS MAIS POBRES

Aposentadorias rurais:

- eleva-se a idade da mulher de 55 para 60 anos (fica igual ao homem) e exige-se contribuição mínima de R\$ 600 por ano no caso da agricultura familiar.**
- Amplia de 15 para 20 anos de contribuição.**
- Tais alterações também dificultam em muito a aposentadoria rural.**

PEC 6/2019 – REFORMA DA PREVIDÊNCIA

ENORMES INJUSTIÇAS COM OS MAIS POBRES

Abono salarial:

- Deve ser pago somente para quem ganha até um salário mínimo mensal.**
- Hoje, o abono é pago para quem ganha até dois salários mínimos**
- Com a mudança, 23,4 milhões de trabalhadores devem perder o direito ao benefício, que chega a R\$ 998 por ano.**
- O número corresponde a 91,5% do total de pessoas que hoje podem recebê-lo.**

PEC 6/2019 – REFORMA DA PREVIDÊNCIA

DESAMPARO NO PIOR MOMENTO

Aposentadorias por incapacidade permanente:

O benefício será reduzido para 60% + 2% por ano de contribuição que exceder 20 anos. O benefício somente será de 100% no caso de invalidez causada pelas atividades do trabalho.

Pensões por morte:

O valor do benefício será reduzido para 60% + 10% por dependente adicional. O valor será 100% somente no caso de morte causada pelas atividades do trabalho, o que também é uma grande injustiça.

Redução de benefícios acumulados:

Se uma pessoa recebe uma aposentadoria e passar a receber uma pensão, por exemplo, ela terá de escolher o benefício de maior valor, e sofrer uma redução de até 80% nos demais.

PEC 6/2019 – REFORMA DA PREVIDÊNCIA

AMEAÇA À SEGURIDADE SOCIAL

- A PEC prevê a *“segregação contábil do orçamento da seguridade social nas ações de saúde, previdência e assistência social, preservado o caráter contributivo da previdência social”*. Ou seja, isto pode legalizar a fabricação do déficit da Previdência, omitindo-se as receitas da Seguridade Social.
- A PEC prevê também o fim da DRU para as contribuições da Seguridade Social, porém, atualmente o governo tem considerado erroneamente que o regime próprio de previdência dos servidores pertenceria à “Seguridade Social”, ou seja, o governo pode continuar destinando todo recurso da DRU para o pagamento do RPPS, quando este pagamento deveria ser feito com recursos do orçamento fiscal, e não da Seguridade Social (que deveria fortalecer o INSS, saúde e assistência). Adicionalmente, a PEC 293/2004 transforma a COFINS e o Pis em imposto, o que significa desvinculação de 100% dessas receitas



Isso não é um acaso, ou mero resultado da corrupção endêmica de dirigentes políticos, mas sim o resultado do modelo econômico concentrador de riqueza e renda, que se sustenta principalmente no Sistema da Dívida, no modelo tributário regressivo, na política monetária suicida praticada pelo Banco Central e no modelo extrativista irresponsável para com as pessoas e o ambiente.

Maria Lucia Fattorelli

ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

- CONHECIMENTO DA REALIDADE
- MOBILIZAÇÃO SOCIAL CONSCIENTE
- AÇÕES CONCRETAS
 - ✓ Contato com parlamentares
 - ✓ Divulgação da Interpelação Extrajudicial feita aos líderes e ao presidente da Câmara <https://bit.ly/2zoy5lQ>
 - ✓ Articulação dos sindicatos, associações, centrais, movimentos sociais etc.
 - ✓ Atos Públicos

Muito grata

Maria Lucia Fattorelli

www.auditoriacidada.org.br

www.facebook.com/auditoriacidada.pagina